

COMEÇA A CAMPANHA

JOSÉ DIRCEU E LULA REAFIRMAM COMPROMISSOS HISTÓRICOS DO PT, QUE APROVA COLIGAÇÃO COM PL, PMN, PCDoB E PCB PARA A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

O início da campanha do PT à Presidência da República foi marcado pela confirmação da coligação com PL, PMN, PCDoB e PCB, pela reafirmação dos compromissos históricos do partido e com o estímulo à mobilização já a partir de 6 de julho, primeiro dia da campanha política.

“Ninguém ouse duvidar que o PT vá abrir mão dos seus compromissos históricos porque faz alianças. As alianças são necessárias. Os apoios que recebemos são bem-vindos, mas nós temos os nossos compromissos históricos. Porém também temos a compreensão de que, na [atual] conjuntura internacional, temos de fazer o que estamos fazendo, não só para vencer as eleições, mas para realizar as mudanças que todos nós queremos”, disse o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), no encerramento da “Conferência Nacional: Programa de Governo”, no dia 22 de junho.

No mesmo tom, o candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou na Convenção Nacional do PT, uma semana depois, que os compromissos do partido estão mantidos e foram aprimorados, “como aprimorada é a vida de cada um de nós”. Lula afirmou estar orgulhoso de concorrer novamente, por estar mais maduro. “Estou certo que o amadurecimento não é apenas meu, mas também dos petistas, dos sindicalistas e da sociedade brasileira.”

Programa

A “Conferência Nacional: Programa de Governo” reuniu filiados e não-filiados para analisar propostas para o Brasil. Na oportunidade, Lula divulgou a “Carta ao

Povo Brasileiro”, documento em que reiterou o respeito do PT com a estabilidade da economia, com a responsabilidade fiscal e com todos os contratos. No texto, ele também disse que não é possível viver mais uma “década perdida”, em alusão aos anos 80, quando o crescimento foi baixo por causa da dívida externa, e aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, quando a economia avançou, em média, apenas 2,4% ao ano — o quarto pior resultado de um presidente.

Crítica

A crítica ao modelo neoliberal implementado nos últimos oito anos foi retomada na convenção nacional por José Dirceu, para quem “o Brasil só vai mudar quando mudar a política econômica”. O presidente nacional do PT disse que “a herança de FHC é a crise econômica, a dependência externa e a decomposição ética da coalizão conservadora que governou o Brasil”.

As manifestações dos líderes petistas resultam da recente degradação da situação brasileira perante investidores internacionais. Pioraram as medidas de risco Brasil, feitas por bancos estrangeiros e que indicam o grau de confiança na economia do país. A cotação do dólar disparou e se aproxima de R\$ 3.

Isso aconteceu, em parte, por causa do alto grau de endividamento do setor público (governo, Estados, municípios e estatais) em relação ao PIB (Produto Interno Bruto, a soma de bens e serviços produzidos pelo país), mas também porque há uma desconfiança em relação à capacidade de as empresas (do Brasil e de todo o mundo) pagarem o que devem aos credores.



Marcelo Soubhia



Sergio Barzagli

OPINIÃO

Campanha é de mobilização

A campanha presidencial deste ano será marcada pelo debate político e programático, mas também será de mobilização. A televisão e o rádio serão importantes instrumentos para atrair um maior número de pessoas, mas é fundamental aproveitar a campanha para conscientizar os eleitores e convencê-los de que podem ter segurança e confiança no PT.

Esse trabalho deve ser baseado no Programa de Governo do PT, que reflete os 22 anos de vivência social e experiência administrativa do partido. É preciso deixar claro que as nossas propostas só terão viabilidade no mundo de hoje se formos capazes de representar as aspirações e os interesses sócio-econômicos da sociedade brasileira.

O PT terá de governar um país cindido socialmente, em que a maioria não tem acesso às riquezas que produz, e com uma economia dependente como nunca do capital externo. Por isso, não teremos outra alternativa além de governar com apoio, sustentação e unidade internos para enfrentar os desafios impostos pela atual conjuntura internacional, em que impera uma hegemonia política, militar e econômica dos Estados Unidos.

Um país com a dimensão do Brasil, com a força econômica, política e cultural que tem, não pode permanecer de joelhos como está. Porque assim o colocaram suas elites, dividindo-o sem necessidade. Não é verdade que o Brasil, para se desenvolver, precise do



capital externo. Nenhuma economia com a dimensão e com as características brasileiras se desenvolveu assim.

É com base no mercado interno, na poupança interna, na vontade política da nação que países como o Brasil avançaram. O capital estrangeiro e o mercado externo são complementares nesse processo, não a sua base. O Brasil cresceu nas crises internacionais porque seus dirigentes souberam se aproveitar delas e defender os interesses nacionais, ainda que não deixassem a maioria da população se beneficiar do desenvolvimento.

A idéia da dependência externa foi uma ilusão que a elite política brasileira, por interesse próprio, pregou ao país. E o mais grave é que essa idéia acaba com a garra, com o sentimento nacional, com a vontade política. Enfraquece a nação, enfraquece nossas defesas. Vejam a situação de outros países da América do Sul. Vejam o resultado de 20 anos de neoliberalismo no mundo.

É por isso que o Brasil não pode e não tem tempo para esperar. É por isso que temos de vencer essas eleições. Mas o PT não é um partido empresarial, não é um partido burguês. O PT

é um partido popular, de esquerda, socialista. Isso faz com que as alianças sejam necessárias para que possamos alcançar nossas metas.

O modo petista de governar — as políticas públicas de inclusão social, a concepção de participação popular, a concepção dos principais instrumentos para financiar a pequena economia, a economia solidária — é resultado de alianças com a sociedade, com as classes populares e médias e também com o pequeno e médio empresariado. Hoje, além disso, temos importantes parceiros no grande empresariado — a quem não podemos simplesmente dar as costas, porque no Brasil o empresariado é força determinante.

As alianças não são, portanto, apenas político-partidárias ou eleitorais. Elas são alianças que correspondem ao momento histórico que nós estamos vivendo no mundo e no Brasil. Correspondem à construção do PT nesses 22 anos, correspondem à alternativa que nós podemos e devemos constituir à coalizão conservadora que o PSDB hegemoniza junto com o PFL e à elite político-empresarial que fez o Brasil aderir à globalização neoliberal excludente.

Uma coisa é o PT assumir compromisso com os contratos, com a legalidade, com a Constituição, com a responsabilidade fiscal, com o controle da inflação. Mas ninguém ouse duvidar que o PT vá abrir mão dos seus compromissos históricos porque faz alianças. As

alianças são necessárias. Os apoios que recebemos são bem-vindos, mas nós temos os nossos compromissos históricos. Porém também temos a compreensão de que, nessa conjuntura internacional, temos de fazer o que estamos fazendo, não só para vencer as eleições, mas para realizar as mudanças que todos nós queremos. Esse é o meu sentimento, essa é a minha convicção.

Essa campanha, portanto, não é apenas uma campanha do PT — ela é também do PT. É uma campanha suprapartidária em defesa do Brasil, é um movimento político em defesa de uma revolução social no país, de uma ruptura com o governo Fernando Henrique Cardoso, representante de uma elite política e empresarial que renunciou ao projeto nacional, não fez justiça social e não democratizou o país — pelo contrário, amesquinhou as instituições democráticas, inclusive com métodos condenáveis.

Nós temos de vencer as eleições porque o Brasil não terá outra chance. É evidente que toda mudança implica algum risco. Mas o risco de mudar é muito menor do que o de continuar na atual situação — que levará o Brasil ao colapso político, econômico, social e moral. Vamos fazer uma transição com segurança. O PT não será mais uma decepção como foram outras forças políticas e sociais. Esse é o compromisso do PT. Esse é o compromisso de Lula.

José Dirceu
é presidente nacional do PT
e deputado federal

ELEIÇÕES

Ministro do STF recusa inquérito contra Dirceu

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Nelson Jobim, determinou o arquivamento da denúncia feita pela Procuradoria Geral da República que envolvia o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), em suposto esquema de cobrança de propinas na Prefeitura de Santo André, administrada por petistas. Jobim considerou ser “gritante” a insuficiência de provas contra Dirceu.

Ao saber do despacho, o presidente do PT afirmou: “Com a mesma serenidade e tranquilidade que recebi a acusação, embora indignado, recebi agora o despacho do ministro relator, do STF, que restaura a verdade e a justiça e mostra como a acusação era caluniosa e infundada e não passava de denunciamento”.

Sem base legal

Jobim considerou que a denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, não tinha base legal. “A prova com a qual o Ministério Público Federal quer desencadear um inquérito policial contra o senhor deputado José Dirceu não tem fundamento legal”, diz o despacho.

Brindeiro queria processar Dirceu tendo como base apenas um “ouvi dizer” do médico João Francisco Daniel, irmão do prefeito Celso Daniel, seqüestrado e morto em janeiro. João Daniel disse a procuradores do Ministério Público paulista, sem apresentar provas, que o

dinheiro cobrado no suposto esquema de cobrança de propinas de empresas de ônibus era entregue a Dirceu para financiar campanhas eleitorais do PT. Na época, Dirceu anunciou que deveria processar o médico.

Em seu despacho, Jobim descaracteriza o gesto de Brindeiro, dando a entender que foi motivado apenas por interesses eleitorais e diz que o pedido “está assentado em informações que não se apresentam com a idoneidade necessária para se caracterizar como fortes indícios”.

Insuficiência de provas

“O procedimento do MP não autoriza, por si só, o deferimento do pedido. Mesmo que assim não fosse, não há que se instaurar inquérito com base em ‘ouvi dizer’. Há que se exigir consistência nos indícios, o que não se verificou neste caso”, afirma Jobim.

“Quer por motivos processuais, quer por motivos de mérito, é gritante a insuficiência de provas”, afirma Jobim, que é também presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Ele diz que “o indiciamento de qualquer cidadão impõe pedido com um mínimo de verossimilhança e probabilidade”.

Essas são, segundo Jobim, “exigências do Estado Democrático de Direito, concretizadas no devido processo legal”. Mas nada disso está nos autos, assegura, categórico. E arremata: “O processo democrático é incompatível com o denunciamento”.

Polícia Federal tenta encobrir espionagem política, afirma porta-voz

O porta-voz da campanha presidencial do PT, André Singer, afirmou no dia 5 de julho que o partido repudia a tentativa “patética” da Polícia Federal no sentido de confundir a opinião pública e encobrir atos ilegais de espionagem política.

A afirmação de Singer é uma resposta a informações divulgadas pela PF, segundo as quais o próprio PT teria motivado as investigações com grampos em telefones de petistas ao pedir a FHC “especial atenção” ao caso da morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel. Nota do PT redigida pelo

porta-voz esclarece que o líder petista Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente nacional do PT, José Dirceu, estiveram com Fernando Henrique Cardoso no dia 22 de janeiro — dois dias após a morte de Daniel — para pedir que fossem indicados delegados para acompanhar a investigação. O pedido foi motivado pela politização que estava envolvendo a investigação e que gerou conflitos entre as equipes estaduais, o que dificultava a elucidação do caso.

A carta assinada por Lula e por Dirceu foi entregue por ambos a FHC em

reunião reservada em Brasília. O presidente encaminhou o documento ao então ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira.

Este encontro rendeu a instauração de um inquérito com data do dia 22 de janeiro para investigar a morte de Daniel, conforme um despacho da PF enviado no dia 28 para Ferreira. Este inquérito, segundo o PT, nada tem a ver com duas operações de espionagem política comandadas pela PF e denunciadas pelo PT.

Essas operações têm data, numeração e equipes distintas da do inquérito.

Uma dessas operações, que visava a investigar Lula, foi desencadeada a partir de um memorando de 4 de dezembro de 2000 — ou seja, mais de um ano antes da morte de Daniel — e tinha a chancela da CPI do Narcotráfico, apesar de a comissão nunca ter tido conhecimento deste documento. Parlamentares do PT apontam indícios de que houve falsificação: um dos papéis cita o teor de um depoimento que, pelas datas, só viria a acontecer uma semana depois.

A outra operação foi motivada por um telefonema

anônimo do dia 21 de janeiro — ou seja, um dia antes de a carta do PT ser entregue a FHC — que citava a suposta participação de traficantes na morte de Daniel. O inquérito foi aberto no dia 23 e no dia seguinte um agente da PF pediu autorização judicial de quebra do sigilo telefônico de centenas de pessoas — sem que os nomes dos proprietários das linhas fossem citados — para “prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes”.

Na lista havia números de diversos petistas ligados à Prefeitura de Santo André,

inclusive o do gabinete do prefeito João Avamileno.

Segundo Singer, neste segundo caso a Justiça foi enganada. “Está se fazendo uso de um órgão policial, portanto atos armados, para encobrir atos ilegais, irregulares e graves”, afirmou. “Não se pode esquecer que membros da própria PF têm feito manifestações contra esse tipo de ação.” Segundo a nota do PT, “a interceptação telefônica é um método de investigação adequado para determinadas circunstâncias, desde que usado rigorosamente dentro da lei”.

CUPOM DE ASSINATURA

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) Cobrança bancária.

4) Cartão de crédito: Visa Mastercard Diners

Número do cartão: _____

Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

<p>PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Dirceu</p> <p>SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Ozeas Duarte</p> <p>EDIÇÃO Ralph Machado - MTB 21.131</p> <p>REDAÇÃO Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert e Walter Venturini</p> <p>DIAGRAMAÇÃO Sandra Luiz Alves</p>	<p>APOIO ADMINISTRATIVO Ana Troccoli</p> <p>FOTOGRAFIAS M.Soubhia, S.Barzagli e R.Parizotti</p> <p style="text-align: center;">SEDE</p> <p>Rua Silveira Martins, 132, São Paulo, SP, CEP 01019-000 Tel.: (011) 3243-1313 Fax: (011) 3243-1349 E-mail: ptnot@pt.org.br Página na internet: www.pt.org.br</p> <p style="text-align: center; font-size: small;">Tiragem: 8.000 exemplares Fotolitos e impressão: Artpress</p>
---	---

ELEIÇÕES

Lula recusa clima de “já ganhou”

Mirco Soubhia



O candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as pesquisas com quase de 40% das intenções de voto, aproveitou a convenção nacional para alertar os militantes de que, com o início da campanha, é preciso apresentar à sociedade as propostas do partido para o governo.

“Não podemos ficar de salto alto, porque ainda não ganhamos nada. Precisamos aprimorar nosso discurso, principalmente para aquela parte da população que não participa de movimentos sociais e sindicais, que nunca participou ou acreditou em movimento político”, disse Lula no evento, que reuniu 3.000 pessoas no Anhembi, em São Paulo. Ele lembrou que a mobilização é necessária também para eleger governadores, senadores e deputados.

“Farei uma campanha ética. Tentarei utilizar a campanha para elevar o nível de consciência da sociedade, e não para baixar o nível da discussão política. Utilizarei essa campanha para mostrar não apenas o que vamos fazer, mas também o que já estamos fazendo nas nossas prefeituras e nos governos.”

Lula e o vice José Alencar, Marta Suplicy, José Dirceu, “João” (do comercial de televisão), os presidentes dos partidos coligados (PCB, PCdoB, PMN e PL, da esq. para a dir.) e militantes participam da convenção em São Paulo



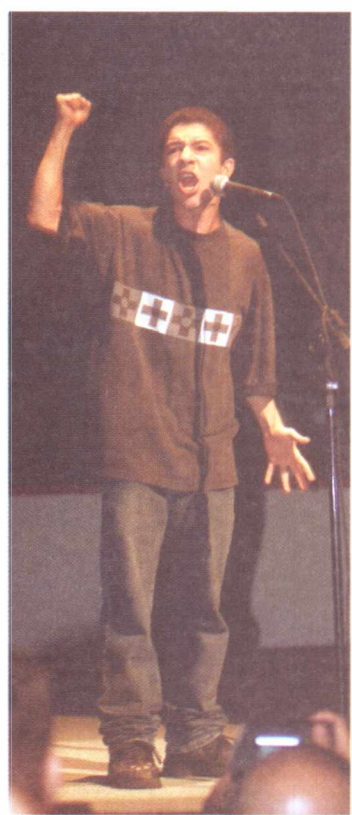
Sergio Barzagli

PT cumpre Estatuto em Alagoas

A direção nacional do PT registrou na tarde de quinta-feira, dia 4, o pedido para anulação parcial de ata do Diretório Estadual de Alagoas a fim de formalizar a coligação com o PL no Estado. A medida pretende assegurar o cumprimento de decisão do Diretório Nacional, que no dia 28 de junho aprovou a coligação PT-PL para a campanha presidencial — acordo que inclui a aliança dos dois partidos em Alagoas.

A senadora petista Heloisa Helena anunciou também no dia 4 de julho sua renúncia à candidatura ao governo do Estado por discordar da aliança entre os dois partidos. Heloisa Helena já havia manifestado essa posição durante a reunião do DN que aprovou a coligação. Além da senadora, outros candidatos do PT de Alagoas também devem desistir de concorrer nas próximas eleições para vagas no Senado, na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa.

De acordo com o secretário nacional de Organização do PT, Silvio Pereira, a direção nacional está cumprindo o artigo 147 do Estatuto do Partido dos Trabalhadores. Caso as renúncias às candidaturas sejam formalizadas, a direção nacional do PT tem prazo de dez dias para indicar os eventuais substitutos.



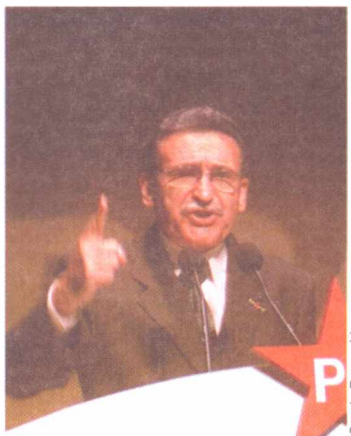
Sergio Barzagli



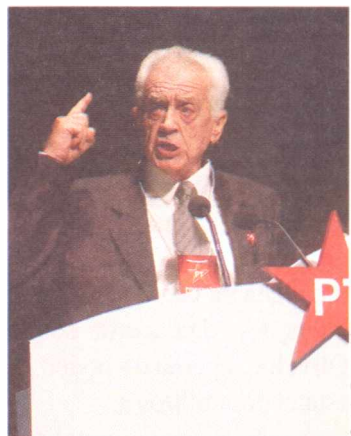
Sergio Barzagli



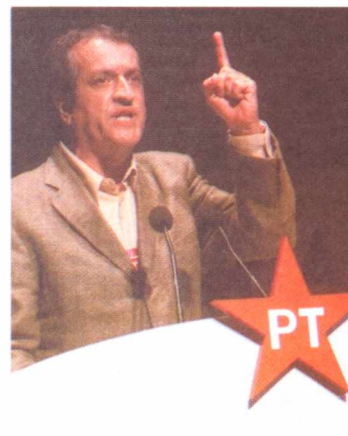
Sergio Barzagli



Sergio Barzagli



Sergio Barzagli



Sergio Barzagli

“Segunda abolição”

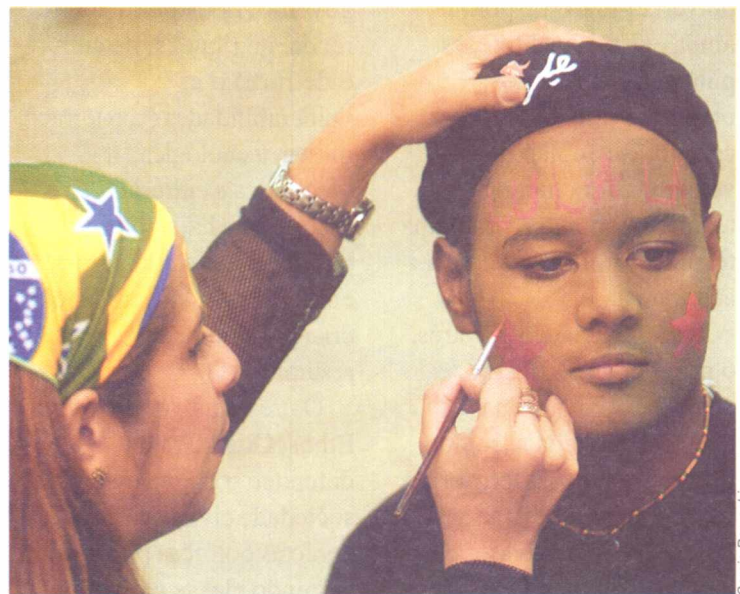
Lula afirmou que a vitória em outubro é o primeiro passo em direção à construção de um Brasil decente, cujo objetivo é levar o país a uma “segunda abolição” — a inclusão dos 44 milhões de pessoas que hoje passam fome no país e o resgate de dívidas sociais.

“Eu sei que tudo não será resolvido do dia para a noite e não estou me propondo a resolver em oito minutos aquilo que eles não resolveram em oito ou 80 anos. Uma grande caminhada começa com o primeiro passo, e a nossa vitória será o primeiro passo para recuperarmos a auto-estima, o orgulho e a dignidade”, afirmou.

Ele citou a possibilidade de reabrir a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), fechada após uma CPI que constatou desvio de verbas públicas. “Nós vamos reabrir a Sudene, porque combater a corrupção não significa fechar instituições. Isso se resolve com autoridade, com mecanismos de investigação, por meio da Justiça e sobretudo por meio do combate à impunidade”.

Preconceito

Lula criticou vaias que alguns militantes dirigiram ao senador José Alencar (PL-MG) — disse que o gesto era de preconceito. Alencar, que falou de sua trajetória como um dos empresários mais bem sucedidos do país, disse que respeitava as manifestações. “Eu tenho muita admiração por vocês do PT. Não poderia estar no seu partido porque as pessoas provavelmente não entenderiam. Mas meu coração está”, afirmou.



Sergio Barzagli



Sergio Barzagli

ELEIÇÕES

Conferência enriquece programa de governo

A COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA 2002 PROMOVEU NO ÚLTIMO DIA 22, EM SÃO PAULO, UM EVENTO NACIONAL PARA DISCUTIR AS PROPOSTAS DO PARTIDO COM A SOCIEDADE

A “Conferência Nacional: Programa de Governo” reuniu filiados e não-filiados em torno de mesas de discussões temáticas. O objetivo do PT era ouvir diferentes opiniões, dos debatedores e do público, sobre a inclusão social, a economia, a infra-estrutura, a cultura e a democracia.

Participaram das discussões lideranças petistas e intelectuais brasileiros ligados ou não ao partido, como os escritores Antonio Cândido e Alfredo Bosi, a economista Maria da Conceição Tavares, o físico Luis Pinguelli Rosa, o psiquiatra Jurandir Freire Costa, o cientista político Helio Jaguaribe e o embaixador Samuel Guimarães, entre outros.

As mesas discutiram a necessidade de combater problemas prioritários do Brasil atual, como a dependência externa e a estagnação do crescimento econômico, a perda do poder do Estado e a necessidade de recuperar a soberania brasileira, a criação de políticas de inclusão social e de acesso à cultura e lazer.

Mesas

Maria da Conceição Tavares destacou, na mesa “Nação”, a necessidade de

que o programa de governo do PT desenvolva uma política de integração territorial e de descentralização das operações produtivas e de crédito para atender às populações do território brasileiro.

O economista Ricardo Carneiro, que presidiu a mesa “Economia”, apresentou os dois eixos principais do programa econômico do PT: o social, que visa a inclusão de 53 milhões de pessoas hoje consideradas pobres, e o nacional, que visa ao fortalecimento da economia brasileira.

Na mesa “Inclusão Social”, a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, defendeu a criação de uma rede de programas que ataque simultaneamente a questão do desemprego, da educação, da saúde e da violência.

Marta citou programas de sua gestão, como renda mínima ou bolsa-escola, que promovem novas cadeias produtivas na periferia da cidade, dinamizando a economia local.

A questão da infra-estrutura foi centrada na crítica à política implantada pelo governo FHC. Pinguelli Rosa combateu a política de

privatização no setor energético e defendeu uma política concreta para a Petrobrás e um Programa de Desenvolvimento Científico voltado à formação de recursos humanos.

A abertura da “Conferência Nacional: Programa de Governo” foi feita pelo candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, que leu ao público a “Carta ao Povo Brasileiro” (leia a íntegra na pág. 6).

Cadernos temáticos

A “Conferência Nacional: Programa de Governo” concluiu uma série de eventos regionais, temáticos e setoriais realizados durante os meses de maio e junho.

O texto básico do programa de governo será divulgado no dia 23 de julho, em uma cerimônia com a participação de Lula e representantes de várias instituições nacionais.

Nos meses de julho e agosto novas discussões serão abertas para a confecção de cadernos temáticos, que trarão propostas mais detalhadas sobre questões como racismo, infra-estrutura e cultura, entre outras. Esses cadernos também farão parte do programa de governo para 2002.

Lideranças do PT, Antonio Cândido e Lélia Abramo, Mercadante, Marina Silva, Conceição Tavares, Cristovam Buarque e o economista Luciano Coutinho, nas mesas da conferência (a partir do alto, da esq. para a dir.)



BRASIL

Social deve ser a base do modelo

As prioridades do próximo governo devem levar em conta problemas como a perda do poder do Estado, o aumento da violência, a baixa governabilidade, a dependência externa e a estagnação do crescimento econômico. Essas foram as questões mais discutidas na mesa “Brasil”, presidida pela senadora petista Marina Silva (AC).

Para o secretário municipal de Cultura de São Paulo, Marco Aurélio Garcia, a solução é enxergar a dimensão social como fator estruturante de um novo modelo econômico. “A ruptura não é com os contratos, mas com o modelo econômico. Temos de construir uma nova economia que beneficie milhões de pessoas. Faremos um governo aberto, mas de negociação e controle social agudo sobre o aparelho de Estado.”

O cientista político Helio Jaguaribe defende que o próximo governo consiga, a curto prazo, superar a dependência do capital financeiro internacional. “Não se trata de uma



política de calote, mas de proceder um modelo alternativo que reduza essa dependência com rapidez”, diz. De acordo com ele, é preciso acabar com a visão de que todo investimento estrangeiro é ruim. “É importante haver um fluxo construtivo de capital estrangeiro, mas não da forma especulativa como ocorre hoje.”

Para o também cientista político Francisco de Oliveira, uma das prioridades do próximo governo é recuperar o poder do Estado, que enfraqueceu com a “liberalização total” e com as privatizações. “Ou recuperamos nossas capacidades ou nosso

programa não passará de uma lista de boas intenções.” De acordo com Oliveira, a perda do poder estatal possibilitou a formação de um monopólio da violência, e falta ao Estado brasileiro capacidade de coibi-la.

Fechando a mesa, o psiquiatra e psicanalista Jurandir Freire Costa sugeriu à equipe do PT que encontre formas de mobilizar e entusiasmar a população em torno dos objetivos comuns. “A juventude é muito sensível à ciência e à evolução tecnológica. Então devemos criar cursos nessas áreas para eles, que nos ajudariam a construir uma nova fronteira”.

NAÇÃO

Vontade política é a solução

A economista Maria da Conceição Tavares defendeu a compatibilidade entre crescimento econômico, distribuição de renda e estabilidade. “Não existe tal coisa como crescer ou distribuir. Isto é uma bobagem econômica. A questão é: tem pactuação social e política suficiente para arrumar um espaço para excedentes agrícolas não-exportáveis por causa do preço e da crise internacional? Tem. Tem como trazê-los para alimentar os esfomeados? Tem. Tem possibilidade de organizar o crédito e pulverizá-lo? Tem, porque ainda existem instituições públicas capazes de organizar e pulverizar o crédito. Então não me venham com charanga técnica. Isso não é problema técnico, é político”, disse a economista.

Para Conceição Tavares, o programa de governo deverá responder duas questões principais: como fazer a integração territorial e como descentralizar as operações produtivas e de crédito para atender às



populações do território brasileiro.

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães também ressaltou dois principais desafios do próximo governo: as disparidades (de renda, de riqueza, de cultura e de raça) e as vulnerabilidades (econômica, militar, tecnológica, ideológica e cultural). “É preciso que haja políticas públicas de Estado para eliminar essas dificuldades e criar possibilidades”, resumiu.

O presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew, defendeu o engajamento da sociedade civil organizada no apoio às políticas públicas. Segundo ele, se o governo

contar não apenas com os próprios recursos orçamentários, mas também com os recursos que existem na sociedade — organizações sociais, de empresários e de universidades, por exemplo —, pode-se fazer “uma enorme revolução no país”.

Para combater a criminalidade, Roberto Aguiar, secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, defendeu um modelo de segurança pública integrado: as polícias civil, militar, federal e a Receita Federal seriam articuladas e trabalhariam juntas, o que as tornariam mais eficazes.



ECONOMIA

Eixos definem proposta do PT

Os dois eixos principais do programa econômico do PT foram apresentados pelo economista Ricardo Carneiro, professor da Unicamp e coordenador da mesa [Ele deixou a equipe do programa de governo no dia 3 de julho, por motivos pessoais]. São eles: o social, que visa ao desenvolvimento econômico de forma a permitir a inclusão dos pobres, e o nacional, que visa ao fortalecimento da economia brasileira, o que implica a recuperação da capacidade do Estado de fazer política econômica soberanamente. Outro aspecto é a distribuição de empregos.

Ele lembrou que as propostas partem da constatação de duas grandes

vulnerabilidades da economia brasileira: a) a externa, que se traduz na incapacidade de o país crescer sem produzir déficits significativos da balança comercial (exportações menos importações); e b) a social, que “não está presente apenas na má distribuição de renda, mas também no aumento do desemprego e na piora do acesso dos mais pobres aos serviços públicos”.

Segundo Carneiro, o objetivo é constituir um mercado interno de consumo de massa. Para isso, várias medidas terão de ser tomadas, entre elas o aumento (com qualidade) dos gastos sociais, o incentivo aos pequenos negócios e uma nova política de comércio exterior.

Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Unicamp, e o deputado federal Aloizio Mercadante (PT-SP) destacaram que a vulnerabilidade externa da economia brasileira é um dos principais entraves atuais. Roberto Luis Troster, da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos), questionou, entre vários pontos, uma miopia existente em todos os partidos políticos e sugeriu a elaboração de um programa consistente e inovador.

Carneiro lembrou que os organizadores da parte econômica do programa de governo do PT estão conscientes de que o cenário externo é adverso e de que será necessária a elaboração de um modelo de transição.

CULTURA

Controle sobre a produção é uma das preocupações

A cultura como um direito civil e o nível de controle estatal necessário sobre a indústria cultural foram os principais temas do debate da mesa coordenada pelo deputado Hamilton Pereira.

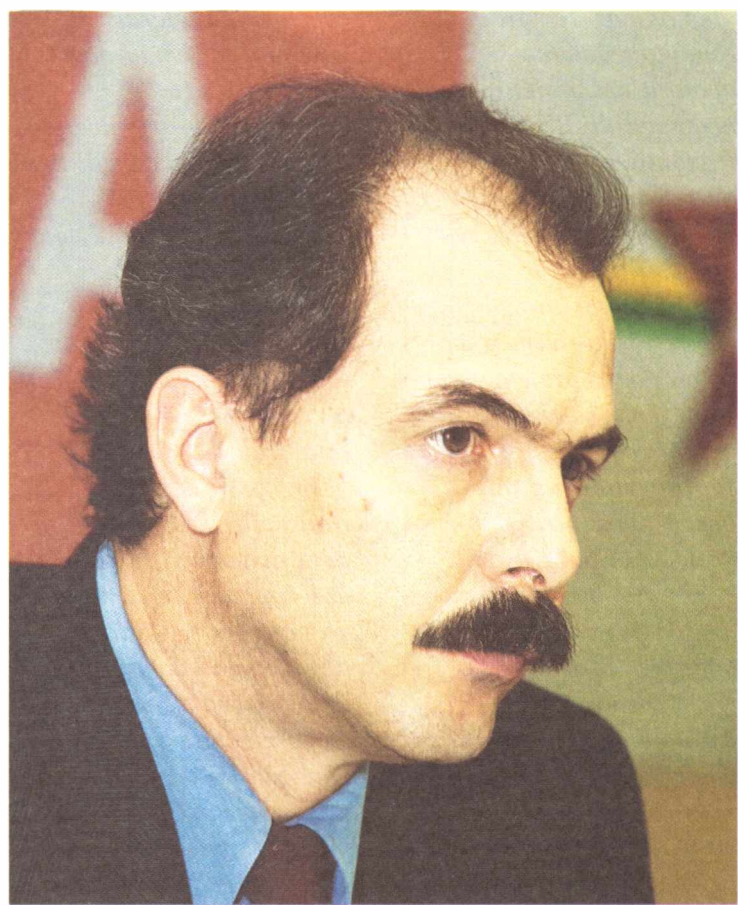
Personalidades como o teórico Alfredo Bosi defenderam a importância de uma mudança de eixo no acesso à cultura, definindo-a como algo polivalente não restrito às concepções de popular e de elite, e propondo o PT como “centro

descentralizador da cultura”.

O antropólogo Márcio Meira mostrou preocupação com o avanço da globalização e a conseqüente intolerância às diferenças culturais. Ele defendeu também a necessidade de aprovação de um plano nacional de cultura que inclua a defesa e valorização do patrimônio cultural, a produção e promoção de bens culturais e a formação de pessoal qualificado para gestão da cultura.

Para a escritora e professora da USP Walnice Galvão, o programa de governo do PT deve discutir a questão do subsídio à produção de TV, cinema e teatro, assim como a compreensão do ensino público como difusor de cultura.

O jornalista Eugênio Bucci chamou a atenção para o fato da dimensão política se resolver muitas vezes no espaço da televisão.



INCLUSÃO

Experiência é realçada em debate

A mesa coordenada pelo sindicalista Luiz Marinho centrou sua discussão nas políticas de inclusão já implementadas durante a experiência executiva do ex-governador do Distrito Federal Cristóvam Buarque e da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy.

Segundo Buarque, o que define a pobreza não é estar abaixo de determinada renda, mas o acesso a bens e serviços essenciais. Para ele, é preciso mobilizar a população para que ela produza o que necessita. O ex-governador citou programas em que o poder público proporciona uma renda para que o trabalhador pobre construa a rede de água e esgotos de seu próprio bairro.

A prefeita de São Paulo apresentou os resultados impactantes de programas sociais aplicados durante a sua gestão. Para ela, programas como renda mínima ou bolsa-escola promovem novas cadeias produtivas na periferia da cidade, dinamizando a economia local.

Marta defendeu a



criação de uma rede que ataque simultaneamente a questão do desemprego, da educação, da saúde e da violência, entre outras.

Já o bispo Dom Mauro Morelli defendeu o conceito de segurança alimentar como premissa do programa de governo. Segundo ele, um adolescente abastado pode estar desnutrido por estar “comendo veneno”. A segurança alimentar implica na relação com outros fatores, como a educação nutricional, além do simples acesso econômico.

O bispo concordou com o economista e ativista negro Marcelo Paixão sobre a necessidade de uma atenção especial de um governo

petista com os censos demográficos que excluem parcelas grandes da população mais carente e, portanto, propõem políticas públicas equivocadas.

“Com dados mais precisos, é possível perceber que negros e negras compõem cerca de metade da população brasileira, portanto não são uma minoria”, disse Paixão.

Representantes do setorial de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (GLTT), assim como de Assistentes Sociais e Saneamento e da União da Juventude Socialista (UJS) também apresentaram suas contribuições ao programa de governo do PT.

INFRA-ESTRUTURA

Governo fez “desmonte” em oito anos

Os efeitos da política implantada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que levou a uma “operação de desconstrução” que durou oito anos, foram o tema da discussão.

A mesa foi coordenada pelo deputado federal Jorge Bittar (PT-RJ) e teve a participação do economista Luciano Coutinho, professor da Unicamp, de Luiz Otávio Mota Veiga, ex-diretor da Petrobras, de Luiz Pinguelli Rosa, físico que coordena a elaboração do programa de energia do PT, e de Tânia Bacelar, secretária de Planejamento Urbano e Meio Ambiente do Recife.

“O Ministério do Planejamento é hoje o Ministério do Corte no Orçamento, e o ministro se resume a justificar onde serão localizados esses cortes”, disse Bittar ao abrir os trabalhos do grupo.

Pinguelli Rosa disse que o governo FHC não sabe o que fazer diante das dificuldades de geração de energia elétrica, que causou o racionamento em 2001. O cientista alertou que a crise



energética vive hoje apenas um período de tregua e pode retornar com conseqüências graves para a economia do país e a vida dos cidadãos.

A política de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso no setor foi criticada durante o debate. “Energia elétrica é um serviço público e não um negócio e as empresas privatizadas e as estatais devem estar nesta mesma filosofia”, afirmou Pinguelli Rosa, que também criticou a falta de uma política concreta para a Petrobras.

O físico também defendeu um Programa de Desenvolvimento Científico voltado à formação de recursos humanos.

O economista Luciano Coutinho frisou que a desorganização da infraestrutura do Estado começou nos anos 80, com a crise financeira das empresas públicas.

Mota Veiga alertou para o risco das agências reguladoras possibilitarem o que considerou a “captura do regulador pelo regulado” e defendeu a presença do usuário nessas agências.

Tânia Bacelar propôs a criação de um Conselho Nacional de Economia Regional, presidido pelo presidente da República e que desse uma dimensão ampla às questões regionais, tratadas até hoje como problemas.

ECONOMIA

Carta ao povo brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e



religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil.

Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito

dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um **novo contrato social**, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria

da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escolheu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa

deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Inicie minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o

governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva
São Paulo, 22 de junho de 2002

ECONOMIA

Real, 8, vê a escalada do dólar

Ao completar oito anos, em 1º de julho, o Plano Real assistiu à quebra do recorde da cotação do dólar no Brasil, que chegou a R\$ 2,90 no fechamento das operações. Essa desvalorização acentuada da moeda brasileira refletiu a atual fragilidade da economia e levou o Banco Central a retomar a oferta diária de dólares para o mercado — que pode somar US\$ 1,5 bilhão em julho, ameaçando as reservas internacionais do país.

A intervenção do BC no mercado tornou-se necessária porque, diante do aumento da dívida líquida do setor público (União, Estados, municípios e estaduais) e da vulnerabilidade externa (dependência de recursos de fora), os investidores estrangeiros têm evitado colocar seus dólares no Brasil.

O alto grau de endividamento público gera incerteza no mercado. Em maio, o BC anunciou que a dívida líquida do setor público atingiu R\$ 708,5 bilhões, o equivalente a 56% do PIB (Produto Interno Bruto, soma dos bens e serviços produzidos pelo país). O percentual é recorde — em abril, era de 54,6% do PIB — e deve aumentar ainda mais em

Cotação da moeda dos EUA dispara às vésperas do aniversário do Real



junho, para cerca de 58%, por causa da desvalorização do real, pois parte da dívida é corrigida pelo dólar.

Já a taxa de câmbio tem sido pressionada pelo desempenho fraco das exportações (que diminui a entrada da moeda norte-americana no Brasil) e também pelo aumento da procura por dólares no país. Há companhias nacionais e estrangeiras que têm remetido dólares para fora, em parte porque seus

credores no exterior estão exigindo o pagamento de dívidas passadas.

Isso ocorre em parte devido a problemas enfrentados por grandes corporações mundiais — como as norte-americanas Enron, que faliu, e WorldCom, flagrada em uma operação de fraude contábil — que têm tornado o mercado internacional mais cauteloso (leia texto nesta página).

Com mais esta crise,

vários analistas concordam que o Plano Real teve apenas sucesso no combate à inflação e que o governo Fernando Henrique Cardoso falhou na gestão da economia. Em entrevista à Agência Estado, o deputado federal Aloizio Mercadante (SP), candidato do PT ao Senado, disse que “o fim da inflação foi uma conquista importante e tem de ser mantida”, mas defendeu um novo modelo para corrigir os atuais problemas.

“A inflação foi controlada, mas o preço foi muito alto. Só a Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 e o [governo Fernando] Collor fizeram o Brasil crescer tão pouco quanto o governo de Fernando Henrique Cardoso. A situação do país é insustentável. E o desafio é fazer o Brasil voltar a crescer”, afirmou. A previsão é que a economia cresça no máximo 2% em 2002, mantendo portanto os

altos índices de desemprego (leia texto abaixo).

“A estabilidade de preços é um condição necessária, mas não suficiente para garantir o crescimento econômico sustentado. E também não é uma conquista definitiva mesmo após esses oito anos”, disse à Agência Estado Eduardo Gianetti da Fonseca, professor do Ibmec-SP.

Para o empresário Mario Bernardini, dirigente da Fiesp, “se o atual modelo econômico não for rapidamente modificado, até mesmo neste governo, não será mais uma questão de se o Brasil quebrará ou não, mas uma questão de quando quebrará”. Para ele, a estabilidade dos preços é mantida apenas pelo aumento dos impostos e por juros altos — quem, por hipótese, aplicou em títulos do governo e os manteve por oito anos teve um rendimento de 654%, para uma inflação de 143% (segundo o IGP-M, índice da Fundação Getúlio Vargas). O diretor da Fiesp disse acreditar que a prioridade é mudar o modelo econômico, atacando de frente os problemas fiscais (receitas e despesas do governo) e de vulnerabilidade externa, com aumento das exportações e substituição competitiva de importações.

Fraudes contábeis expõem corporações e elevam risco

Depois dos escândalos envolvendo companhias como Enron e WorldCom, agora foi a vez da gigante de entretenimento francesa Vivendi Universal, cuja lisura contábil foi posta em xeque pelo jornal francês *Le Monde*. No dia 2 de julho, as ações dela caíram 40%.

Para o empresário Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, essa onda de fraudes é o grande risco mundial, mais especificamente para os EUA. “Se isso continuar, de repente vamos ter um 1929 de novo”, referindo-se à quebra da Bolsa de Nova York. “Se amanhã os EUA pararem de importar, a Alemanha e o Japão quebram a seguir”, afirmou ao *O Estado de S.Paulo*.

Para o economista Paul Krugman, professor da Universidade de Princeton, parte da responsabilidade pelas fraudes é do presidente dos EUA, George Bush. Em artigo no jornal *The New York Times*, Krugman condenou Bush, que “se opôs firmemente” a reformas nas normas contábeis. A postura teria relação com a participação de Bush em irregularidades na empresa petrolífera Harken Energy. Diz ele:

Em 1989, Bush era membro do conselho de diretores e do comitê de auditoria da Harken. Ele adquiriu o posto, e muitas ações da empresa, quando a Harken pagou US\$ 2

milhões pela Spectrum 7, uma pequena, deficitária e endividada companhia de energia da qual Bush era executivo-chefe.

Explicando o que estava comprando, o fundador da Harken disse, “o nome dele era George Bush”.

[...] A Harken também estava perdendo dinheiro descontroladamente. Mas em 1989 a empresa conseguiu ocultar a maior parte desses prejuízos por meio dos lucros registrados com a venda de uma subsidiária, a Aloha Petroleum, por preço muito elevado. Quem comprou a Aloha? Um grupo de pessoas envolvidas com a Harken, e com dinheiro obtido em sua maioria por meio de

empréstimos feitos pela empresa. Por fim, a SEC decidiu que a transação toda era falsa, e forçou a empresa a corrigir seu balanço de 1989, reduzindo a receita. Mas, muito antes dessa decisão — ainda que apenas algumas semanas antes que as más notícias sobre a Harken escapassem ao controle, forçando uma queda no preço das ações —, Bush vendeu dois terços das ações que tinha, por US\$ 848 mil.

De acordo com Krugman, Bush teria deixado de informar à SEC sobre as vendas das ações durante 34 semanas — procedimento obrigatório. A SEC concluiu que ele havia violado a lei, mas não houve acusação.



João Felício, da Central Única dos Trabalhadores

Inflação cai ajudada pelo desemprego

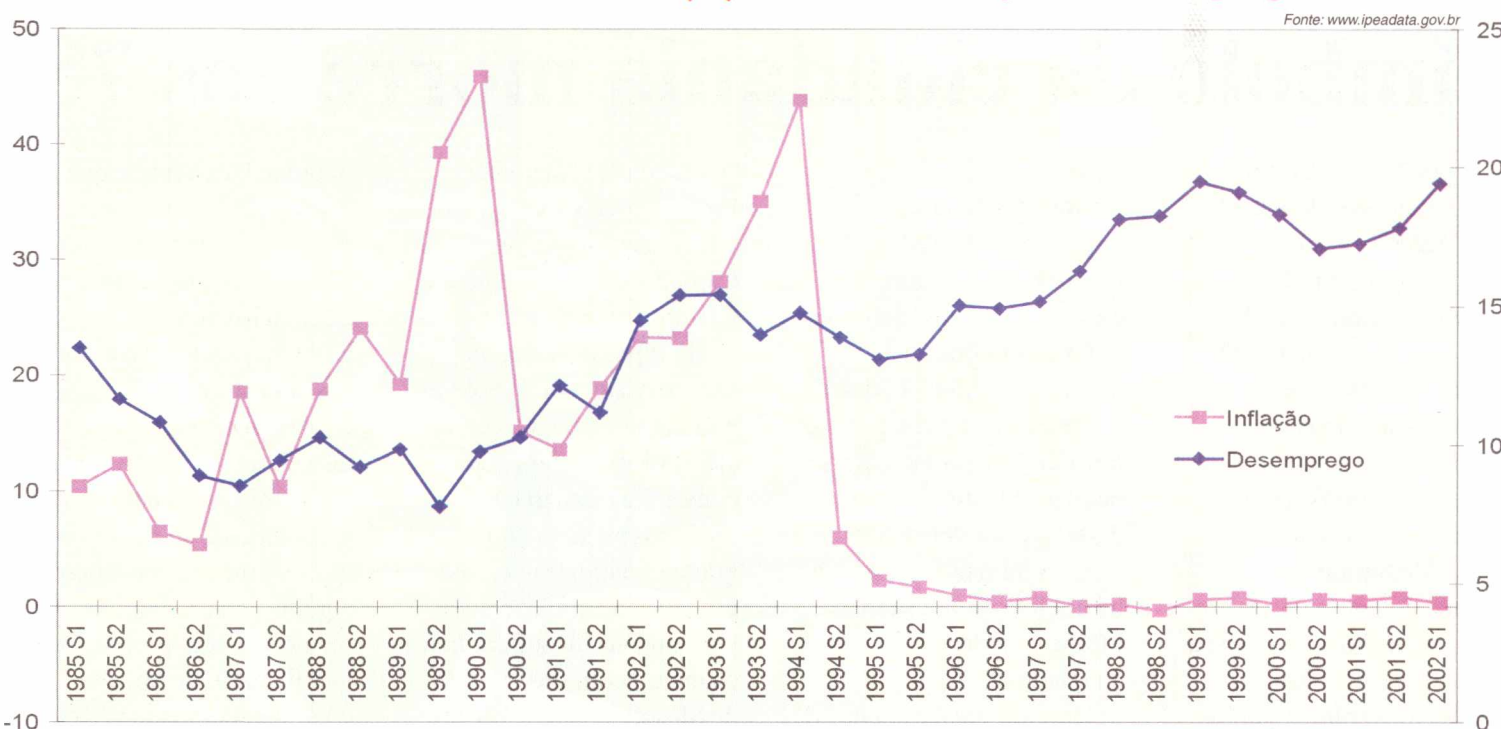
O diretor-técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), Sérgio Mendonça, afirmou à Agência Estado que o fim da inflação veio “à custa de sacrifícios, principalmente do trabalhador, cuja contribuição para a consolidação do processo foi a perda do emprego”. Além disso, houve recuo na renda — na região metropolitana de São Paulo, a queda foi de 22% entre 1995 e 2001, ou seja, praticamente um quinto dos ganhos foi perdido.

Segundo ele, a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso não conseguiu evitar o baixo crescimento do país e, portanto, não conseguiu gerar empregos suficientes para acompanhar a evolução da População Economicamente Ativa.

Para reduzir o número de desempregados, deveria ser criado 1,5 milhão de novas vagas por ano, o que exigiria um crescimento de 4% — na média, o PIB (Produto Interno Bruto, soma dos bens e serviços produzidos pelo país) cresceu apenas 2,4% ao ano com FHC.

O presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), João Felício, concordou com a avaliação. “Houve uma projeção de crescimento baixo com aumento do desemprego de 13%, antes deste governo, para quase 20%.”

Evolução das taxas médias semestrais (%) mostram avanço do desemprego no Real



HOMENAGEM

Uma vez PT, sempre PT

Ser petista é ter uma paixão definitiva. É padecer no paraíso toda a vida e mais nove meses. Se saio do PT, que outro partido poderia ser meu? Há tantos! Você luta uma lata na rua e saem dez de baixo. “Partidos” com donos. (Deviam enquadrar essa gente por formação de quadrilhas.) Cegos seguindo a seus cães. Pior ainda: cães indo atrás de seus cegos. Há mais outros partidos... Sem comentários. Nada representam nem significam para mim.

O PT primeiro e único, não: nele só há voluntários, gente firme, decidida, apaixonada, que sabe das coisas. Que nada quer dos outros, mas exige o que é seu. Quer dizer, então, que o PT chegou à perfeição? É “menas” verdade, pessoal. O PT é composto por seres humanos, com todos os defeitos e virtudes: xiitas e xaatos, xiiques e xuucros, xaaropes e xeeretas. Mas todos têm a garantia de poder tirar suas cismas numa boa, democraticamente — nos Encontros do Partido dos Trabalhadores. Onde são acertados os ponteiros, corrigidos os rumos. O PT dá trabalho, se dá! Mas, nele, ninguém é melhor do que ninguém. Nos outros “partidos” há líderes (como é sabido, líderes dão as costas aos liderados, eles na frente, o rebanho atrás). No PT não: só temos companheiros, irmãos de fé. Lutando lado-a-lado, ombro-a-ombro. Sem medo de ser feliz. E o nosso companheiro nº 1, Lula, inspirador e fundador do partido (que não é do Lula, ele é que é do PT), é quem afirma: nos Encontros do PT — é proibido proibir. É lá que, cada um, bota a boca no trombone, dizendo o que sente e pensa do partido (aliás, a primeira novidade da política tupiniquim, desde 1500).

E é isso mesmo que acontece. Porque o PT há de ser, sempre, o reflexo da vontade do conjunto dos seus militantes, essa brava gente. E dos simpatizantes, como eu.

PT, utopia ao alcance do meu voto — eu te amo!

O petista é assim: em cada cabeça uma sentença. Não há, nem poderia haver num partido de gente consciente, lúcida, um pensamento monolítico, negemônico, tipo “crê ou morre”. Existem, sim, tendências, pretendências e desistências no interior do partido, abrigadas sob o generoso guarda-chuva vermelho e branco.

Democracia é isso aí, manos: “arte da opção entre o desagradável e o desastroso”. Desagradável (um pouco) é o democratismo — excesso de reuniões, discussões cansativas e repetitivas, todos os fins de semana, um pé no saco. Desastroso (demais) é o fascismo — imposição de idéias de cima para baixo —, pois eu prefiro perder com as bases a vencer sem elas. Não admito a ditadura de um sobre todos, nem a de todos sobre o um. Vivo livre e solitário, como uma árvore, porém solidário, como uma floresta. E para mim não há nada mais moderno, mais socialista — nem mais livre — do que uma boa democracia.

Para que a democracia plena seja alcançada, contudo, deve-se respeitar a opinião de cada um sobre o que irá afetar a vida de todos. “Nenhuma corrente é mais forte do que seu elo mais fraco.” Tudo o que precisamos é um dos outros. Venha ser um dos seus. Teje livre!

Carlito Maia, petista até morrer.

(Texto escrito em 1998)



**“NÓS NÃO
PRECISAMOS
DE MUITA
COISA, SÓ
PRECISAMOS
UNS DOS
OUTROS.”**

(CARLITO MAIA)

Símbolo da cidadania morre aos 78

O publicitário Carlito Maia, fundador do Partido dos Trabalhadores e considerado símbolo da cidadania, morreu no dia 22 de junho, aos 78 anos. Ele estava internado desde o início do mês no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, por causa de uma doença degenerativa crônica.

Carlito tornou-se conhecido, entre outras grandes qualidades, por sua capacidade de criar frases inteligentes sobre assuntos

da atualidade. Foi ele o criador das famosas expressões “oPTei” e “Lula-lá”, para campanhas eleitorais petistas. Seu nome se tornou sinônimo de decência, dignidade, defesa das minorias e virou prêmio: o troféu Carlito Maia agracia pessoas e instituições que se destacam na defesa dos direitos humanos. Também há um livro sobre sua vida, escrito por Betty Milan e chamado “O Clarão”.

Durante encerramento da

“Conferência Nacional: Programa de Governo”, o crítico literário Antonio Cândido, em homenagem a Carlito, disse:

“É impossível imaginar Carlito Maia morto. Foi um homem que viveu a cor, a alegria, um homem que conseguiu traduzir em formas lapidares e uma grande imaginação e uma grande oportunidade um pensamento filosófico. Já foi chamado com muita razão de filósofo do povo, filósofo

popular. Um homem que inventava slogans que, numa frase rápida, diziam muito. Um homem alegre, um homem irreverente, um homem que mandava flores aos seus amigos. A impressão que se tem é que um pássaro abriu as asas e voou, foi levado pelo vento, e naturalmente deixa aquilo que os homens que valem alguma coisa deixam: a memória e a impressão dos que ficaram, de que ele continua realmente vivo”.